

**SOB EMBARGO ATÉ: 1º DE NOVEMBRO, 9:00 BRASÍLIA
8:00 NOVA YORK; 12:00 LONDRES; 13:00 PARIS**

Novo relatório: Compromissos climáticos dos países colocam demandas irreais por uso da terra à frente das reduções de emissões

Países preferem planos arriscados de plantio de árvores em vez de proteger, restaurar e gerenciar, de forma sustentável, as florestas existentes; pesquisas apontam que planos nacionais de carbono exigem uma área maior que os EUA, ou quase quatro vezes a área da Índia.

Melbourne, Austrália (1º de novembro de 2022) — Um [estudo inédito](#) calculou que os países precisam coletivamente de um total de 1,2 bilhão de hectares de terras para cumprir as promessas estabelecidas em seus planos climáticos oficiais, parte dos esforços globais para cumprir as metas do Acordo de Paris.

O estudo envolvendo mais de 20 pesquisadores ao redor do mundo, e que foi divulgado hoje pela [Melbourne Climate Futures](#), iniciativa de pesquisa climática interdisciplinar da Universidade de Melbourne, estabeleceu que os países pretendem utilizar 633 milhões de hectares da área total de terras para métodos de captura de carbono, como o plantio de árvores, que devorariam áreas extremamente necessárias à produção de alimentos e à proteção da natureza.

Apenas 551 milhões de hectares contabilizados nos compromissos restaurariam áreas degradadas e florestas primárias, que armazenam carbono, regulam as chuvas e as temperaturas locais, abrigam plantas e animais, purificam a água e o ar e, em alguns casos, pertencem a Povos Indígenas, cujo direito aos seus territórios é considerado vital para a desaceleração da mudança climática devido à sua gestão das florestas.

“As terras têm um papel crítico a desempenhar nos esforços globais para diminuir a temperatura do planeta, mas não constituem uma solução mágica”, salienta Kate Dooley, principal autora do *The Land Gap Report* e pesquisadora da Universidade de Melbourne. “Este estudo revela que os compromissos climáticos dos países são perigosamente dependentes de medidas com base terrestre que são desiguais e insustentáveis para se capturar e armazenar o carbono. Claramente, os países estão exagerando seus compromissos em relação ao uso da terra para evitar o trabalho mais árduo de reduzir drasticamente as emissões de combustíveis fósseis, descarbonizar os sistemas alimentares e impedir a destruição das florestas e de outros ecossistemas”.

Os pesquisadores investigaram planos climáticos oficiais e declarações públicas, incluindo as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que os países registraram junto às Nações Unidas como parte do Acordo de Paris, para calcular a área total de áreas reservadas para remoções de carbono. Diferente de outros relatórios sobre as “lacunas”, incluindo o recém-lançado Emissions Gap Report da UNEP [Relatório sobre a Lacuna de Emissões], que descreve uma linha divisória entre as ambições de mitigação e as reduções de emissões necessárias para se atingir os objetivos climáticos a serem discutidos na Conferência das Partes (COP27) da

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Egito (que acontece de 8 a 20 de novembro), esta análise demonstra o abismo entre a dependência de terras dos governos para fins de mitigação de carbono e o papel que estas áreas podem desempenhar de forma realista devido a necessidades concorrentes e à luz dos direitos humanos.

“Diante da compressão mundial do uso de terras, devemos pensar cuidadosamente sobre como usamos cada lote dessas áreas”, aponta Dooley. “Todavia, os países tratam as terras como recursos ilimitados em seus planos climáticos. Usar uma área equivalente a metade das atuais terras agrícolas globais para plantio de árvores simplesmente não terá resultado, principalmente quando os indícios que nos saltam aos olhos mostram a fragilidade do plantio de árvores para o agravamento dos impactos climáticos, como incêndios e secas”.

Os pesquisadores argumentam que os planos climáticos mais problemáticos envolvem a transformação de terras atualmente utilizadas para outros fins, como produção de alimentos, em áreas arborizadas, como plantações de monoculturas. O relatório observa que essas mudanças de terras poderiam se sobrepor a terras protegidas por Povos Indígenas ou utilizadas por comunidades locais e pequenos agricultores para sua subsistência.

Por exemplo, o compromisso da Austrália inclui plantações de bioenergia para captura e armazenamento de carbono bioenergético (BECCS) – uma técnica altamente polêmica de remoção de carbono. A Índia promete uma vasta expansão da cobertura arbórea. Ao mesmo tempo, mais de 20 países se comprometem a plantar árvores de forma integrada com culturas e pecuária (agroflorestas), o que traz múltiplos benefícios socioecológicos, como produtividade alimentar, meios de subsistência e bem-estar.

“Felizmente, não é tarde demais para os países repensarem a forma como usam as terras para atingir suas metas climáticas. Uma abordagem de três etapas que priorize a proteção das florestas e outros ecossistemas, para então se concentrar na recuperação e no uso sustentável da terra, ajudaria a alcançar resultados climáticos, além de metas de produção de alimentos, biodiversidade e direitos humanos”, argumenta Brendan Mackey, coautor do relatório e professor da Griffith University, na Austrália.

O relatório apresenta como os países – assim como as empresas que buscam cumprir as promessas de carbono zero – podem reorientar seus planos climáticos em direção a essas três metas.

- **Foco na proteção e recuperação florestais.** As florestas já removem um terço das emissões de carbono lançadas na atmosfera a cada ano. Proteger as florestas em pé deve ser a prioridade número um. O estudo descreve as ações que os países podem tomar para obter êxito, que incluem, entre outras medidas, salvaguardar todas as florestas primárias e incluir o custo total da extração no preço da madeira.

“Não há atalhos. Não podemos continuar derrubando florestas em pé se esperamos diminuir a temperatura do planeta. As florestas primárias são infinitamente mais eficazes do que as plantações em armazenar o carbono, tornando-as a melhor opção para desacelerar as mudanças climáticas globais. Além disso, proteger e recuperar as florestas é essencial para resolver as crises sobrepostas de biodiversidade, mudanças climáticas, justiça social e

doenças zoonóticas”, alerta Heather Keith, coautora do relatório e pesquisadora da Griffith University.

- **Salvaguardar os direitos dos Povos Indígenas.** O relatório cita um crescente corpo de evidências mostrando que, quando os Povos Indígenas e as comunidades locais têm seus direitos à terra garantidos, eles superam em muito os estados e proprietários privados na prevenção do desmatamento, conservação da biodiversidade e produção de alimentos de forma sustentável.

“Nossa pesquisa sugere que a solução para incluir o uso de terras nas ações de mitigação climática que seja ao mesmo tempo eficaz e justa é garantir que os Povos Indígenas e as comunidades locais tenham direitos legítimos e seguros, e controle sobre seus territórios — e que recebam o apoio que eles próprios decidirem que precisam para gerenciar territórios e florestas de forma sustentável”, afirma a coautora Anne Larson, pesquisadora do Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR). “Para acabar com a perda e a degradação de florestas primárias e outros ecossistemas intactos, precisamos de estratégias de manejo das terras capazes de proteger as florestas existentes e apoiar os meios de vida por meio de sistemas alimentares sustentáveis e o direito à terra dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais, que é o foco deste relatório”.

- **Transformar sistemas de produção agrícola e alimentar não sustentáveis.** Com o sistema alimentar respondendo por mais de um terço das emissões de gases de efeito estufa, transformar nossa abordagem da produção, distribuição e consumo de alimentos é fundamental para atingirmos as metas climáticas na questão do uso de terras. Uma tática primordial é implementar um manejo agrícola que faça um uso mais sustentável da terra, com base em sistemas biologicamente diversos, como a agroecologia.

“A aplicação de princípios agroecológicos no manejo da terra tem o potencial de restaurar e aprimorar as funções e serviços ecossistêmicos relevantes para a adaptação e mitigação do clima e outros benefícios multifuncionais. Isso torna a agroecologia relevante para a resiliência socioecológica, justiça climática e a concretização de vários direitos humanos”, disse Georgina Catacora-Vargas, coautora ligada à Universidad Católica Boliviana (UAC Tiahuanacu) e da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA).

- **Entenda que nem todo carbono é igual.** De acordo com o estudo, os países presumem, na contabilização de carbono de seus planos climáticos, que o plantio de qualquer tipo de árvore compensa as emissões de combustíveis fósseis ou a destruição de florestas primárias. Mas essa matemática ignora princípios científicos e ecológicos: o carbono nos combustíveis fósseis não é igual ao carbono em florestas nativas e outros ecossistemas densos em carbono. Os pesquisadores recomendam que as regras de contabilização de carbono sejam remodeladas para levar em conta a variedade dos estoques de carbono, o que traria maior valor às florestas primárias.
- **Monitorar os compromissos das corporações.** Embora este relatório se concentre nos compromissos climáticos dos países, outros estudos mostraram que os compromissos de corporações também dependem de forma irrealista do uso de terras para atingir as

metas climáticas. Um recente [estudo da Oxfam](#) apontou que declarações de zero carbono, apenas das petrolíferas Total Energies, Shell, Eni e BP, necessitariam de 70 milhões de hectares de terras até 2050.

“É preocupante ver essas expectativas irreais em relação às terras nos compromissos climáticos dos países, principalmente em um momento em que o mundo está enfrentando a crise dos preços dos alimentos. E os estados não estão sozinhos no planejamento de grandes mudanças no uso da terra. Atualmente, as corporações exercem pressão pelo aumento, nos mercados voluntários de carbono, para atender aos compromissos de neutralidade de carbono, mas ninguém está fazendo as contas para saber o que é de fato possível. Isso põe a nu a necessidade de contermos esse esforço de transferir o ônus da mitigação para as terras”, pontua Jens Friis Lund, coautor do relatório e professor da Universidade de Copenhague.

###